

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS

SECRETARIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E COMPRAS
GERÊNCIA GERAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE**RESULTADO FINAL**

PROCESSO LICITATÓRIO nº 052/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO nº 049/2019 - CPLSSA. LICITAÇÃO BB Nº 792628 - OBJETO: Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, para aquisição de equipamento médico-hospitalar (suporte para hamper, termômetro digital, bota pneumática, cadeira de banho adulto e andador) - 06 (seis) lotes, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde da Prefeitura do Recife. Foram declaradas vencedoras as empresas: ANDIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA - CNPJ N.º 26.873.236/0001-26, para os lotes 01 e 05, com os valores totais de R\$ 13.740,00 e R\$ 10.800,00 respectivamente; DPROMED - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES - CNPJ Nº 11.449.180/0001-00, para o lote 04 com o valor total de R\$ 7.900,00 e MEDICAL MERCANTIL DE APARELHAGEM MEDICA LTDA - CNPJ Nº 10.779.833/0001-56, para o lote 06 com o valor total de R\$ 3.000,00. Restando os lotes 02 e 03 FRACASSADOS. Recife, 18 de dezembro de 2019. Verônica Ferreira de Brito. Pregoeira.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
EMLURB - AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO nº 065/2016 - CLI EMLURB - TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2019 - Objeto: SERVIÇOS DE FECHAMENTO DE EDIFICAÇÕES E ÁREAS PÚBLICAS, COM TAPUMES DE MADEIRA, DURANTE O PERÍODO DE CARNAVAL DO ANO DE 2020, E RETIRADA APOS ESTE PERÍODO, ONDE EXISTE RISCO DE DESABAMENTO E DEPEDRAÇÕES, distribuídos em 03 (três) lotes distintos. Os valores máximos admitidos para cada lote desta licitação são de: LOTE I - R\$ 328.997,16 (trezentos e vinte e oito mil novecentos e noventa e sete reais e dezesseis centavos); LOTE II - R\$ 382.273,90 (trezentos e oitenta e dois mil duzentos e setenta e três reais e noventa centavos); LOTE III - R\$ 334.045,25 (trezentos e trinta e quatro mil quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos). Local e Data de abertura: EMLURB - Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana, sito à Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti, 09 - Derby; 07.01.2020, às 09:00 horas. A sessão será realizada na sala 03, bloco B do edifício sede da EMLURB, o edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: <http://www.recife.pe.gov.br/portal-compras/>. Recife, 18 de dezembro de 2019. Marco Antonio de Araújo Bezerra - Presidente da Comissão de Licitação.

RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

PROCESSO LICITATÓRIO nº 058/2016 - CLI EMLURB - TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2019 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LUMINARIAS COM TECNOLOGIA LED COMPATÍVEIS COM SISTEMA DE TELEGESTÃO E REDE ELÉTRICA PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AV. JOÃO CABRAL MELO NETO, SAN MARTIN - RECIFE/PE. O Presidente da Comissão de Licitação da Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB torna público o resultado do Julgamento das Propostas, declarando VENCEDORA a empresa: VASCONCELOS E SANTOS LTDA. - R\$ 285.276,91 (duzentos e oitenta e cinco mil duzentos e setenta e seis reais e noventa e um centavos). Fica aberto o prazo recursal previsto no inciso I do art. 109 da Lei nº 8.666/93. Recife, 18 de dezembro de 2019. Marco Antonio de Araújo Bezerra - Presidente da Comissão de Licitação.

GABINETE DE PROJETOS ESPECIAIS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA No 012/2019
JULGAMENTO RECURSO ADMINISTRATIVO

OBJETO: Contratação de serviços especializados de engenharia, através de escoamento forçado nos canais do município do Recife, para controle e combate vetorial do Aedes Aegypti e outros vetores, em áreas específicas. A vista do que consta nos autos, a Comissão Especial de Licitação torna público que o Recurso Administrativo interposto pela licitante SCAVE SERVIÇOS DE ENGENHARIA E LOCAÇÃO LTDA foi conhecido por sua tempestividade, e, no mérito, julgado IMPROCEDENTE, o que foi ratificado pelo Chefe do Gabinete de Projetos Especiais. Recife, 18 de dezembro de 2019. ANA PAULA RODRIGUES Presidente da Comissão Especial de Licitação

GABINETE DE PROJETOS ESPECIAIS
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÕES E RECURSOS CONVENIADOS
Pregão Eletrônico nº 017/2019 BB nº 787.513 CÉLIRC
RESULTADO FINAL/EXTRATO ADJUDICAÇÃO

OBJETO: Aquisição de Material bibliográfico destinado aos estudantes de anos iniciais do Ensino Fundamental, em 04 (quatro) lotes, visando atendimento de demanda da Secretaria de Educação. Resultado do Julgamento das Propostas - Empresas habilitadas e declaradas vencedoras (lote adjudicado/licitante/valor global): LOTE 01: FRACASSADO; LOTE 02: MIDIA EXPRESS COMERCIO REPRESENTAÇÕES E DISTRIBUID (CNPJ: 09.161.351/0001-59) - R\$ 2.265.360,00; LOTE 03: IMEHP - INSTITUTO META DE EDUCAC PESCO E FORM DE RE (CNPJ: 04.528.440/0001-77) - R\$ 7.920.000,00; e LOTE 04: MIDIA EXPRESS COMERCIO REPRESENTAÇÕES E DISTRIBUID (CNPJ: 09.161.351/0001-59) - R\$ 1.543.920,00. Recife, 18 de dezembro de 2019. Carmen Araújo. Pregoeira.

Podere LegislativoPresidente **EDUARDO MARQUES****CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE**

CNPJ: - 08.903.189/0001-34

DECISÃO

Acolho os fundamentos expendidos pela Comissão de Licitação constantes na Ata de Julgamento referente ao Processo Administrativo nº 102/2019, Convite nº 01/2019-CL, objetivando a contratação de empresa para prestação dos serviços de PINTURA E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DANIFICADAS POR INFILTRAÇÃO para a Câmara Municipal do Recife, para HOMOLOGAR o referido processo e ADJUDICAR o presente objeto em favor da empresa FOKUS CONSTRUÇÃO E INCORPORAÇÃO EIRELI pelo valor total de R\$ 291.312,38 (duzentos e noventa e um mil trezentos e doze reais e trinta e oito centavos) para execução dos serviços. Recife, 18 de Dezembro de 2019. VER. ROMERO JATOBÁ - 1º Secretário da Câmara Municipal do Recife.

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

CNPJ: - 08.903.189/0001-34

DECISÃO

Acolho os fundamentos expendidos pela Comissão de Licitação constantes na Ata de Julgamento referente ao Processo Administrativo Nº 106/2019 - Pregão Presencial Nº 004/2019, objetivando a contratação de empresa para prestação dos serviços de publicação de notas oficiais e de esclarecimento, avisos de licitação, homenagens e notas de falecimento, bem como quaisquer outros atos deste órgão que se façam necessários, em jornal (is) de grande circulação para a Câmara Municipal do Recife, para HOMOLOGAR o referido processo e ADJUDICAR o presente objeto em favor da empresa DSA CONSULTORIA LTDA. EPP pelo valor total estimado para 12 (doze) meses de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Recife, 18 de Dezembro de 2019. VER. ROMERO JATOBÁ - 1º Secretário da Câmara Municipal do Recife.

RESOLUÇÃO Nº 2725/2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE faz saber que o PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO aprovou e ele, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o Art. 359 do seu Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 2624, de 20/12/2016, promulga a seguinte Resolução:

Opina sobre a prestação de contas do Prefeito da Cidade do Recife, referente ao exercício financeiro de 2016.

Art. 1º Ficam APROVADAS, COM RESSALVAS, as Contas do Prefeito da Cidade do Recife, referentes ao exercício financeiro de 2016, nos termos da decisão prolatada pelo Pleno do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em Sessão Ordinária realizada em 22 de agosto de 2019, que deliberou sobre o Processo TCE-PE nº 17100080-8.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, em 16 de dezembro de 2019. EDUARDO MARQUES Presidente.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 54/2019 DE AUTORIA DA COMISSÃO MISTA FORMADA PELAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, E FINANÇAS E ORÇAMENTO PARA OPINAR SOBRE AS CONTAS DO PODER DO EXECUTIVO

RESOLUÇÃO Nº 2726/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE faz saber que o PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO aprovou e ele, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o art. 40, inciso II, da Lei Orgânica do Recife e o art. 19, inciso II, do seu Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 2624, de 20/12/2016, promulga a seguinte Resolução:

Autoriza o Senhor Vereador ANDRÉ REGIS a se ausentar do país.

Art. 1º Autoriza o Senhor Vereador ANDRÉ REGIS a se ausentar do país, no período de 13 a 27 de janeiro de 2020, em viagem à Espanha, em missão cultural, sem ônus para o Erário Público Municipal, nos termos do inciso II, do art 19, do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, em 17 de dezembro de 2019. EDUARDO MARQUES Presidente.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 55/2019, DE AUTORIA DA COMISSÃO EXECUTIVA DA CMR.

ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE - BIÊNIO 2019/2020.

Ao terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezesseis horas, na Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, situada na Rua Princesa Isabel, Nº. 410, no Bairro da Boa Vista, nesta cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, sob a presidência do vereador Aerto (PSB), teve início a 31ª Reunião Ordinária da Comissão de Legislação e Justiça desta Casa Legislativa. Confirmada as presenças dos membros: vereador Almir Fernando (PCdoB) e Samuel Salazar (MDB). Verificado o quórum mínimo e atendidas as formalidades legais e regimentais, foi aberta a sessão, o presidente procedeu a leitura da Ata da 30ª Reunião Ordinária, que em seguida foi aprovada e assinada por todos em sinal de concordância. Prosseguindo, o presidente colocou para discussão e votação os pareceres das seguintes proposições:

PLE 37/2019 - de autoria do prefeito Geraldo Julio, dispõe sobre a estrutura orgânica do Procon Recife, o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor - Fundec, revoga a Lei nº 16.695, de 5 de outubro de 2001, e dá outras providências. A Comissão seguiu o parecer do relator Samuel Salazar pela APROVAÇÃO.

PLE 38/2019 - de autoria do prefeito Geraldo Julio, autoriza o prefeito da cidade do Recife, assinar acordos com Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - Unodc. A Comissão seguiu o parecer do relator Aerto Luna pela APROVAÇÃO.

PLO 344/2017 - de autoria da vereadora Aline Mariano, dispõe sobre a inclusão de visitas obrigatórias a asilos no calendário escolar do município do Recife, e dá outras providências. A Comissão seguiu o parecer do relator Aerto Luna pela REJEIÇÃO.

PLO 359/2017 - de autoria da vereadora Aline Mariano, dispõe sobre a desapropriação do Mercado de Areias e dá outras providências. A Comissão seguiu o parecer do relator Eriberto Rafael pela REJEIÇÃO.

PRES 35/2018 - de autoria do vereador Eriberto Rafael, dispõe sobre a criação do mecanismo de participação popular "opine". A Comissão seguiu o parecer do relator Aerto Luna pela APROVAÇÃO.

PLO 32/2019 - de autoria do vereador Rinaldo Júnior, institui, no calendário oficial de eventos do município do Recife, a Semana Municipal do Profissional de Educação Física. A Comissão seguiu o parecer do relator Almir Fernando pela APROVAÇÃO.

PLO 237/2019 - de autoria do vereador Eriberto Rafael, torna obrigatória a instalação de detectores de metais nos estabelecimentos de ensino superior da rede privada no município do Recife. A Comissão seguiu o parecer do relator Samuel Salazar pela APROVAÇÃO.

Na sequência, nada mais a discutir, o presidente encerrou a reunião sem fazer distribuição de projetos. Sala das Comissões, em 6 de dezembro de 2019. AERTO LUNA (PSB) Presidente. ERIBERTO RAFAEL (PTC) Vice-Presidente. ALMIR FERNANDO (PCdoB) Membro Efetivo. RENTO ANTUNES (PSC) Membro Efetivo. SAMUEL SALAZAR (MDB) Membro Efetivo.

EXTRATO DA ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA "SITUAÇÃO DA PESCA NO RECIFE"

No dia 22 de Novembro do ano de 2019, às 13h30, foi realizada no Anfiteatro do Caranguejo Uçá, situado na Ilha de Deus, a audiência pública sobre "A situação da Pesca no Recife". A audiência foi presidida pelo vereador da casa Ivan Moraes.

Foram chamadas à mesa para as considerações iniciais sobre o tema as seguintes representações: Rodrigo Lima (integrante do Caranguejo Uçá e pesquisador), Laurineide (Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP), Gilson Macedo Antunes (professor da UFPE), Ana Elizabete (representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos), Cibele (representante da Secretaria de Saúde do Recife), Gelisa (representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação do Recife), Ausente o promotor Sr. Maxwell Vignoli (promotor da Promotoria de Direitos Humanos de Pernambuco). Edson Fly, integrante do Caranguejo Uçá, abriu a audiência agradecendo a presença da comunidade. Em seguida, ele faz um breve histórico da situação dos povos de comunidades tradicionais pesqueiras em Recife, além de contextualizar o tema com o descaço do poder público e da sociedade em relação aos direitos dos povos pesqueiros, mas que utilizam momentos de crise como as manchas de óleo nas praias para tirar proveito do fato político que isso gera. Ivan Moraes começou falando sobre o ritual de apresentação acerca do modelo de uma Audiência Pública da Câmara Municipal do Recife e, apresentou o vídeo "Recife Morada de Peixe" elaborado pelo mandato. Em seguida os/as integrantes da mesa fizeram uso da palavra para explanação. Rodrigo Lima, integrante do Caranguejo Uçá e pesquisador, iniciou a sua fala explicando as motivações para o Caranguejo Uçá demandar uma Audiência Pública para debater sobre a situação da pesca no Recife. Disse que a pesca é uma memória viva da cidade, que é a origem da história de uma cidade que tem em seu nome uma homenagem às moradas de peixes. Falou também sobre a pesquisa feita pelo Mandato do Vereador Ivan Moraes em parceria com o Caranguejo Uçá e a UFPE, que trouxe dados importantes sobre a Ilha de Deus. Ele afirmou que há uma corrida acontecendo para utilizar o Rio Capibaribe de forma privada, quando na verdade a cidade precisa que haja políticas públicas sobre as águas da cidade que contemplem grande parte da população, não multinacionais que apenas visam o lucro sobre a natureza. Laurineide, do Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP, falou sobre a ida a Brasília para protocolar um projeto de lei de iniciativa popular para o reconhecimento das comunidades tradicionais pesqueiras, e parabenizou a comunidade da Ilha de Deus pelo comparecimento à ocasião. Parabenizou também o vídeo elaborado e destacou alguns pontos apresentados, como por exemplo o fato da comunidade gerar, por ano, mais de 2 (dois) milhões de reais na economia da cidade. Denunciou que, até hoje, o governo de Pernambuco não amparou os pescadores e as pescadoras do estado atingidos e atingidas pelo crime ambiental das manchas de óleo no litoral pernambucano. Outro ponto que ela destacou foi a inabilidade do poder público de saúde em adequar sua política de trabalho às necessidades da comunidade pesqueira. Gilson Macedo Antunes, professor da UFPE, falou sobre a pesquisa Recife Morada de Peixe. Ele agradeceu a toda equipe que trabalhou na pesquisa, além de agradecer a toda a comunidade que colaborou com a execução dela. Gilson apresentou outros dados que não apareceram no vídeo, como por exemplo, que há um cadastro de 270 (duzentos e setenta) domicílios na Ilha de Deus, e foram 217 (duzentas e dezesseis) pessoas entrevistadas, ou seja, que há uma grande credibilidade na pesquisa, que pode ser utilizada como base para políticas públicas. Ele falou também sobre uma temática principal acerca da pesquisa: o papel da mulher dentro das comunidades pesqueiras. Elas recebem menos, mas trabalham fortemente para a manutenção das tradições no lugar. O Vereador Ivan Moraes falou um pouco mais sobre o processo de elaboração da pesquisa e como o crime do óleo no litoral mostrou a vulnerabilidade das pessoas de territórios pesqueiros. Perguntou às representantes da Prefeitura do Recife se, finalmente, pode ou não comer os pescados depois desse desastre do óleo. Ele perguntou também se há políticas públicas sendo pensadas para a população pesqueira. Ana Elizabete, representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos, falou sobre a responsabilidade do Estado acerca da política de segurança alimentar do Recife. Ela disse que é necessário recursos para que seja elaborado um plano municipal de segurança alimentar, mas que não houve prosseguimento por conta da ausência do governo federal. Ana disse ainda que, apesar disso, há a discussão para que haja um pacto entre governo municipal e estadual para que o Plano seja elaborado e executado. Ela afirmou que as políticas para os povos pesqueiros são poucas sim e citou a "Central da Pesca", um projeto também em discussão na Conferência de Segurança Alimentar. Cibele, representante da Secretaria de Saúde do Recife, falou sobre os postos de saúde e sobre a permissão ou não para a população consumir os pescados. Ela disse que o consumo está liberado, pois quem tem jurisdição para fazer essa análise e executar um parecer é o Ministério da Agricultura, e o ministério autorizou. Em seguida, ela admitiu que os profissionais da saúde da comunidade, de fato, não possuem capacitação para trabalhar com as especificidades das doenças laborais, e ela pediu para que esse trabalho de capacitação seja realizado em conjunto. Sobre a contaminação de pessoas causada pelo óleo da praia, ela diz que a Prefeitura está fazendo um cadastro com essas pessoas para fazer um monitoramento da saúde delas, e que cada uma dessas pessoas realiza 04 (quatro) exames detalhados e são encaminhadas para tratamento. Ivan perguntou à representante da Prefeitura o que está sendo feito para tranquilizar a população acerca do consumo dos pescados. Gelisa, representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação do Recife, disse que recentemente a Prefeitura realizou uma vitória nos pontos de venda de pescados e que os vendedores afirmaram que os consumidores estão voltando. Houve uma queda sim, cerca de 80% (oitenta por cento) nas vendas, a partir do momento em que a grande mídia divulgou o crime ambiental do óleo no litoral nordestino, mas que após os pronunciamentos oficiais do Estado a população está voltando, apesar do receio ainda existir. Disse também que a Prefeitura está fazendo escutas e que precisa entender melhor as especificidades da comunidade da Ilha de Deus para trabalhar as políticas públicas de meio ambiente e economia.

Kátia, co-deputada estadual pelas Juntas, saudou a população da Ilha de Deus. Ela falou sobre a demora da mobilização do Estado para resolver os problemas iniciais desde o aparecimento das manchas de óleo no litoral de Pernambuco. Ela disse que houve reunião no IPA dos pescadores com o governo do Estado e que o povo não ouviu medidas concretas. Falou ainda que o governo do Estado disse que faria um Grupo de Trabalho, um cadastro e distribuição de cestas básicas, mas que nenhuma dessas medidas paliativas aconteceram de fato. Kátia disse que no dia 02/12/2019, às 9h, na Alepe, haverá uma Audiência Pública sobre a Pesca no estado e que o governo de Pernambuco precisa estar presente e dar uma resposta contundente à população. Logo após, foi aberta a palavra para os/as participantes da plateia que fizeram intervenções resultantes em várias solicitações e questionamentos, quais sejam:

- 1- Médica e pesquisadora do Oswaldo Cruz disse estar preocupada com as falas de que o consumo de pescados está liberado, pois discorda do posicionamento sobre a não contaminação por óleo e disse que há estudos e experiências que provam o contrário e que a UFBA e a Fiocruz recomendam o contrário do Ministério da Agricultura;
- 2-Representante do Departamento de Proteção do Patrimônio Cultural, falou que o DPPP está trabalhando para que territórios tradicionais pesqueiros possam ser caracterizados como patrimônio imaterial cultural da cidade. Disse ainda que na próxima quinta-feira o IPHAN estará na comunidade para consulta acerca dessa proposta;
- 3-Que há uma "invisibilidade" social dos pescadores e pescadoras no imaginário social recifense;
- 4-Necessidade de fazer exames e pesquisas por parte do poder público na Bacia do Pina para tranquilizar a população com produtos seguros à saúde da população;
- 5-Que haja o reconhecimento da Ilha de Deus como território tradicional;
- 6-Sugestão de políticas de capacitação para fortalecimento e manutenção da cultura local;
- 7-Que sejam elaboradas políticas de saneamento básico e despejo de detritos nas águas pelas grandes empresas;
- 8-Que o governo do estado faça levantamento de amostras nos cursos d'água da costa pernambucana, em conjunto com a Prefeitura do Recife;
- 9-Que não há políticas públicas de saúde específicas para as mulheres que vivem da pesca;
- 10-Que a questão do óleo foi a "gota d'água", pois as águas do Recife estão sempre sujas;
- 11-Que quem sobrevive da pesca não está conseguindo vender seus pescados por conta do derramamento do óleo na costa brasileira;
- 12-Que os barcos motorizados vão pra bacia do Pina cheios de resíduos de óleo e isso não é observado.

O vereador Ivan Moraes se pronunciou após as falas finais dos/das participantes da audiência pública ressaltando que seu mandato está à disposição para os requerimentos e ações necessárias.

Diante da discussão, foram retirados os seguintes encaminhamentos:

- 1-O mandato do vereador Ivan Moraes fará um projeto de lei municipal para que as comunidades pesqueiras sejam regulamentadas, a fim de que todos e todas pesquem em segurança na cidade. (Até Julho/2020 será produzido, protocolado e votado);
- 2-Mandato irá encaminhar a pesquisa da Pesca para as pessoas da comunidade da Ilha de Deus por whatsapp;
- 3-Representante da Secretaria de Saúde se comprometeu a desenvolver ações em saúde do trabalhador com as equipes de saúde voltadas para a categoria pesqueira da cidade do Recife. Para isso, ela precisa de alguma comunidade para iniciar os processos, e como a Ilha de Deus já possui uma pesquisa pronta vamos encaminhar esse estudo para ela. (prazo para a Secretaria de Saúde desenvolver a elaboração de um projeto: 15/12);
- 4-Os professores Gilson Antunes e Cristiano Ramalho da UFPE produzirão um texto, que contribuirá com a identificação dos(as) pescadores(as) da Ilha de Deus, enquanto integrantes de uma comunidade pesqueira;
- 5-Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação encaminhou que a Secretaria irá se articular com o Porto Digital e SEBRAE para fortalecer a economia sustentável das comunidades pesqueiras de Recife e que irá elaborar um plano de trabalho relacionado à cadeia produtiva desse grupo. (até 22/12 a gente espera que a Secretaria dê uma resposta à população sobre este GT institucional);
- 6-Edson Fly, representante do Caranguejo Uçá sugeriu os seguintes encaminhamentos: que seja feito adesivo/placa, para cada casa que haja pescador(a), com os dizeres "Aqui Mora Uma Família Tradicional Pesqueira"; que seja feito cadastro de todos e todas as pescadoras do Recife e elaborar um plano de trabalho URGENTE para essas pessoas. Recife, 22 de novembro de 2019. Ivan Moraes Vereador.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2019.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Vereador EDUARDO MARQUES.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, na Sala João Negromonte Filho - SALA DAS SESSÕES - no andar térreo da Casa de José Mariano, situada na Rua Princesa Isabel, número quatrocentos e dez, no bairro da Boa Vista, nesta cidade do Recife, capital do estado de Pernambuco, reuniu-se a Câmara Municipal do Recife, sob a presidência do vereador EDUARDO MARQUES. Ocuparam Primeira e Segunda Secretária, respectivamente, os Vereadores: HELIO GUABIRABA e CHICO KIKO. Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos solicitando ao Primeiro Secretário que procedesse a leitura da ATA da reunião anterior, o que foi feito. Não havendo nenhum questionamento sobre a Ata, a mesma foi aprovada sem restrições. Em seguida, o senhor Presidente determinou ao Primeiro Secretário que procedesse a CHAMADA REGIMENTAL, oportunidade em que foram registradas as presenças dos Vereadores: ADEFALDO PINTO; AERTO LUNA; AIMEE CARVALHO; ALCIDES TEIXEIRA NETO; ALINE MARIANO; ALMIR FERNANDO; AMARO CIPRIANO MAGUARI; ANA LÚCIA; ANDRÉ REGIS; AUGUSTO CARRERAS; BENJAMIM DA SAÚDE; DAVI MUNIZ; EDUARDO CHERA; ERIBERTO RAFAEL; FELIPE FRANCISMAR; GILBERTO ALVES; IVAN MORAES; JAIRO BRITTO; JOÃO DA COSTA; JUNIOR BOÇÃO; LUIZ EUSTAQUIO; MARCOS DI BRIA; MICHELE COLLINS; NATÁLIA DE MENDU; RINALDO JUNIOR; RODRIGO COUTINHO; ROGERIO DE LUCCA; ROMERINHO JATOBÁ; SAMUEL SALAZAR e WILTON BRITO. Foram justificadas as ausências dos Vereadores: ANTONIO LUIZ NETO; GORETTI QUEIROZ; JAYME ASFORA e RICARDO CRUZ. Fez uso da palavra, PELA ORDEM, o Vereador RODRIGO COUTINHO, que comunicou a todos os vereadores e membros da Comissão de Revisão do Plano Diretor sobre o adiamento das suas discussões, ficando para o início de fevereiro. Havendo número legal, o senhor Presidente submeteu ao Plenário a pauta da ORDEM DO DIA, da qual constou a seguinte Matéria: DISCUSSÃO ÚNICA - VOTAÇÃO NOMINAL - DO PARECER Nº 1058/2019. DA COMISSÃO MISTA, COMPOSTA PELAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, OPINANDO PELA APROVAÇÃO, COM RESSALVAS, DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 54/2019, DE AUTORIA DA COMISSÃO MISTA, QUE OPINA SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016. O senhor Presidente convidou o Vereador SAMUEL SALAZAR, relator da Comissão Mista, para fazer a leitura do seu relatório. O Vereador SAMUEL SALAZAR ocupou a Tribuna e fez a leitura do relatório da Comissão Mista sobre a Prestação de Contas do Prefeito do Recife correspondente ao exercício 2016. (Cópia anexa aos anais desta Casa). Votaram SIM os Vereadores: ADEFALDO PINTO; AERTO LUNA; AIMEE CARVALHO; ALCIDES TEIXEIRA NETO; ALINE MARIANO; ALMIR FERNANDO; AMARO CIPRIANO MAGUARI; ANA LÚCIA; ANDRÉ REGIS; AUGUSTO CARRERAS; BENJAMIM DA SAÚDE; CHICO KIKO; DAVI MUNIZ; EDUARDO CHERA; ERIBERTO RAFAEL; FELIPE FRANCISMAR; GILBERTO ALVES; HELIO GUABIRABA; IVAN MORAES; JAIRO BRITTO; JOÃO DA COSTA; JUNIOR BOÇÃO; LUIZ EUSTAQUIO; MARCOS DI BRIA; MICHELE COLLINS; NATÁLIA DE MENDU; RINALDO JUNIOR; RODRIGO COUTINHO; ROMERINHO JATOBÁ; SAMUEL SALAZAR e WILTON BRITO. Total de 31 (trinta e um) votos. Votou em Abstenção o Vereador ROGERIO DE LUCCA - Foi APROVADO. Justificaram os Votos os Vereadores: IVAN MORAES, que votou no Parecer a partir do Parecer do TCE, órgão técnico encarregado de fazer a análise dessas contas. Disse que tem uma posição de votar sempre de acordo com o TCE e falou sobre a necessidade de o órgão ser melhor equipado; ANDRÉ REGIS, que votou favorável à prestação de contas do prefeito Geraldo Julio, no exercício de 2016, levando em consideração o relato do conselheiro Valdecir Pascoal, que aprecia as contas de acordo com a técnica contábil. Destacou a falta de investimento em infraestrutura e uma rede municipal de ensino na cidade do Recife. Discordou da ênfase dada à cargos comissionados de empresas terceirizadas que consomem mais da metade do orçamento municipal. Não havendo Matérias no PROLONGAMENTO DA ORDEM DO DIA, o senhor Presidente passou para o GRANDE EXPEDIENTE. O primeiro orador a ocupar a Tribuna, Vereador IVAN MORAES, destacou que seu mandato tem se empenhado para que haja um melhor gasto no que diz respeito à comunicação. Disse que a prefeitura não se preocupa com a comunicação pública. Mencionou o Projeto de Lei, de sua autoria, que trata sobre a transparência dos gastos da PCR com publicidade, que não chegou a ser aprovado por esta Casa, mas que, finalmente, conseguiram que os relatórios de transparência fossem divulgados no portal no final do ano passado. Trouxe dados e analisou os gastos da prefeitura do Recife com publicidade. Informou que a maior parte do dinheiro para a comunicação continua indo para a comunicação privada. Foi apertado pelo Vereador ANDRÉ REGIS, que parabenizou o Vereador na